

PROJETO MULHERES MIL: DESAFIOS EM BUSCA DE DIAS MELHORES. UMA EXPERIÊNCIA NO CAMPUS DE MORADA NOVA – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DO CEARÁ (IFCE).

Márcia de Negreiros Viana
Francisco Glauco Gomes Bastos

Resumo:

Este artigo aborda a execução do Projeto Mulheres Mil, do Programa Brasil sem Miséria do Governo Federal, que tem à frente o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFs – como responsáveis na Área da Educação por ministrar cursos em seus *campi* voltados para aprendizagem profissional de mulheres, principalmente as que se encontram em situação de vulnerabilidade e possuem baixa renda. Os cursos a serem ministrados nos campi dos IFs são escolhidos a partir da compreensão das necessidades das mulheres das comunidades atendidas. Relatamos uma experiência de Curso de Salgadeira realizada no *campus* de Morada Nova – IFCE. Para identificar o perfil das discentes que participaram do curso profissionalizante, a metodologia utilizada foi qualitativa, com aplicação de um exercício de produção literária em sala de aula, intitulado **autorretrato**, realizado durante as aulas de Português. Na proposta de redação, buscou-se coletar informações variadas a respeito da vida das alunas, tais quais dados pessoais; características físicas; atividades profissionais; leituras preferidas; antipatias; preferências; e visão política, religiosa e ideológica. Cabia às alunas a liberdade de fornecer ou omitir alguma informação.

Palavras-chave: Mulheres, Educação, Projeto Mulheres Mil.

Introdução

Ao longo do tempo, em várias nações, historicamente as mulheres vem passando por enfrentamentos e reivindicações em busca de conquistas que possam gerar e assegurar a elas direitos, como garantir a igualdade e a inserção no mundo do trabalho, em relação a emprego, a espaço de poder e à renda; melhores condições assistenciais referentes à saúde; proteção contra todas as formas de violência; liberdade de escolhas políticas, culturais, esportivas, de gênero e sexuais; direito à propriedade; proteção contra a discriminação racial, cultural, política e de faixa etária; e o acesso à educação.

Entre os fatos históricos marcantes na luta para tentar gerar e assegurar as conquistas de direitos para as mulheres, a partir do Século XVIII, pode-se destacar:

1. A Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã em 1791, proposta pela líder feminina e filósofa francesa Olympe de Gouges, que tinha entre suas reivindicações a igualdade entre os sexos, liberdade, propriedade e a permissão das mulheres exporem suas opiniões publicamente. Inspirada na Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, após a Revolução Francesa, que tinha como fundamentos a igualdade, liberdade e fraternidade. Carvalho, Rabay e Brabo (2010). “As mulheres revolucionárias francesas não viram que os direitos descritos na Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão dentro da sociedade francesa na época, fossem de fato garantido as mulheres” (CARVALHO, RABAY E BRABO, 2010. p.237). A igualdade foi desconsiderada, apesar da mobilização das mulheres revolucionárias reivindicando direitos específicos das mulheres e mais amplos e lamentavelmente muitas mulheres revolucionárias francesas, inclusive Olympe

de Gouges, foram condenadas à morte na guilhotina no Governo de Robespierre sob alegação da execução de acordo com Carvalho, Rabay e Brabo (2010,p.237) “ter querido ser homem e ter esquecido as virtudes próprias de seu próprio sexo”.

2. O Direito à participação política, em muitos países ocidentais, como no Reino Unido, em Portugal, no Brasil, a partir principalmente do Século XX através do sufrágio feminino, mesmo que essa participação fosse parcial, possibilitou inserir as mulheres na vida pública da sociedade. No Brasil, segundo levantamentos dos registros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 2013, dos últimos 83 anos sobre a conquista das mulheres em votar e ser votada, em âmbito estadual, o Rio Grande do Norte foi o Estado pioneiro com a Lei do Estado de 1927. Em seu artigo 17, descrevia que poderiam “votar e ser votados, sem distinção de sexos”, todos os cidadãos que reunissem as condições exigidas pela lei. ”(TSE, 2013). Sendo assim, na Cidade de Lages – RN, em 1929, Alzira Soriano foi eleita à prefeita do município. Já em âmbito nacional, em 1932, com aprovação do Código Eleitoral e a criação da Justiça Eleitoral, são dadas condições à mulher brasileira, em 3 de maio de 1933, de fazer parte da Assembleia Nacional Constituinte (TSE,2013). Ainda de acordo com TSE (2013), a Constituição de 1946, no seu Art. 131, passa de fato a ratificar nacionalmente a participação da mulher como cidadã na política brasileira e, no avanço dos anos de acordo com as últimas eleições:

“... há mulheres em todos os cargos eletivos, inclusive no cargo de presidente da República. Além da chefe do Poder Executivo, estão exercendo mandato: duas governadoras, 11 senadoras, 45 deputadas federais e 134 deputadas estaduais. Nas eleições municipais do ano passado, foram eleitas 657 prefeitas, que correspondem a 11,84% do total das 5.568 vagas, e 7.630 vereadoras, o equivale a 13,32% dos eleitos.”(TSE,2013).

3. Com a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), em 1948, após a Segunda Guerra Mundial feita pela Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas (ONU), ao longo dos seus trinta artigos que tratam de um modo geral sobre direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e educacionais, contribuiu como um grande marco histórico, para formação de uma agenda de discussões, acordos e criação de legislações sobre as condições e direitos da mulher em vários países, na maioria das vezes feitos por ativistas femininas conforme (CARVALHO, RABAY E BRABO, 2010). Entre os desdobramentos da DUDH, temos as Conferências Mundiais das Mulheres, na Cidade do México, no México (1975), Copenhague, na Dinamarca (1980), em Pequim, na China (1995); Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW de 1979; a Declaração e Programa de ação em Viena em 1993; a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida também por Convenção de Belém do Pará, em 1994; e a Declaração do Milênio, da Cúpula do Milênio, ocorrida em setembro do ano 2000, que, dentre seus objetivos de Desenvolvimento do Milênio, destacamos o terceiro objetivo que é a promoção da igualdade entre os sexos e a autonomia da mulher; e o quinto objetivo que aborda a redução em três quartos, até 2015, da taxa de mortalidade materna (ONU, 2013).

4. No Brasil, a partir de 2004, passam a ocorrer as Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, evidenciando a necessidade de elaboração de Planos Nacionais de Políticas Públicas para Mulheres, conhecido por I e II PNPM ocorridos em 2004 e 2008, visando torná-los na sociedade brasileira diretrizes de base para a consolidação e execução de Políticas Públicas para as Mulheres. Vale salientar que a Lei Brasileira nº 11.340/2006, denominada de Lei Maria da Penha, baseada em um caso de violência doméstica ocorrido com a Bioquímica cearense Maria da Penha, em 1983, torna – se uma lei de referência mundial no combate à violência doméstica, constando atualmente no Site da ONU, em sua biblioteca virtual.

De uma forma geral, mais do que garantir direitos das mulheres, temos que vê – las como cidadãos/sujeitos sociais que buscam e lutam pela igualdade, respeito, proteção e liberdade para exercer sua cidadania, construir uma vida digna economicamente e socialmente, ter qualidade de vida e exercer o seu direito de pensar e agir.

De acordo com Brabo (2012) "... o movimento feminista brasileiro, atuou no sentido de garantir os direitos humanos das mulheres, na Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988". A afirmação das autoras pode ser percebida nos artigos 5,6 e 7 referentes aos direitos e garantias fundamentais, no Título II, Capítulo I, Dos Direitos Individuais e Coletivos e Capítulo II dos Direitos Sociais Constituição Federal do Brasil:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta constituição.

Art.º6 São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art.º7 São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.

Entre os artigos da declaração dos Direitos Humanos, temos o Artigo II que corrobora quando cita que:

1- Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. (DUDH, 1948)

Podemos refletir então, que qualquer que seja o individuo em relação ao seu gênero, faixa etária, condições financeiras e sociais, local de moradia tem que ser dado às condições e possibilidades de fortalecimento de sua inserção e melhorias dentro da sociedade de poder

exercer seu papel de cidadão, como também, contemplar conquistas oriundas das suas mais diversas necessidades como ser humano.

A construção, democratização e fortalecimento de uma sociedade têm entre seus principais protagonistas as mulheres, mas para que de uma forma plena elas possam desempenhar melhor seus papéis de cidadãs para o enfretamento das desigualdades, das injustiças, das discriminações e da violência. Para o empoderamento nos espaços de decisão e poder, é importante, garantir às mulheres entre seus direitos o acesso a Educação, pois a Educação contribui com a formação da cidadania, promoção da equidade, ser agente de mudanças sociais, motivação para valorização pessoal e profissional, tentar galgar um lugar mais justo no mercado de trabalho e autonomia econômica (GOUVEA E NOMA, 2008).

Ao pensar o que é Educação, o que se obtém através dela e do acesso a ela, devemos ter cuidado com as rotulações e preconceitos. Pois pensar que existe uma única forma de educar, amarrá-la a uma temporalidade, aos modelos, às restrições e concede - lá apenas a determinados grupos e aos tipos de sexo e gêneros é torna-la nociva ao desenvolvimento de uma sociedade. Para Freire (2011) é pedagogicamente submetê-los a processos de opressões dentro da sociedade pela condução da dominação da consciência dos dominantes.

Ao cercearmos a Educação, estaremos cerceando, de fato, os indivíduos dos seus direitos e asseguramento dos mesmos em poder participar do empoderamento, espaço de decisões, autonomia (político, cultural, social e econômica), tornando-os, assim, seres alienados a cerca de questionamentos e atitudes de que mundo eles querem para si e para os seus pares. De acordo com Freire (2011), a Educação é a possibilidade de abertura do diálogo entre o homem e sua sociedade, visto que “os homens educam entre si, mediatizados pelo mundo”. (FREIRE 2011, p.98).

Pensar em Educação é também associá-la a algumas ideias como, por exemplo, permitir ao indivíduo perceber e refletir sobre suas escolhas, ser protagonista de sua vida, se engajar na sociedade de forma consciente e poder romper com as praticas de dominação. De acordo com Yousafsai (2013, p.172) “Educação é educação. Deveríamos aprender tudo e então escolher qual caminho seguir”. Educação não é oriental nem ocidental, é humana.”.

Freire (2011) também expressa que:

“A Educação como prática da liberdade, ao contrario daquela que é pratica da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens.

Segundo Paro (2010), ao se estudar a relação da educação com o poder, o autor diz que a educação pode ser como exercício de poder podendo com maior clareza contribuir com a efetivação do processo pedagógico contribuindo para sua maior eficácia e podendo de acordo com o autor (2010, p.22) “[...] pode facilitar a concepção de uma pratica escolar

mais democrática.”. A escola como instrumento e espaço de acesso a Educação pode contribuir com o desenvolvimento das potencialidades do sujeito cidadão e de sua interatividade e interferência na sociedade

Projeto Mulheres Mil

. Os Institutos Federais de Educação (IFs) são um dos agentes de fomento das políticas públicas do Governo Federal, voltados à educação profissional técnica e tecnológica, assumindo assim, o compromisso de melhoria para a inclusão social, possibilitando a formação de uma consciência crítica, oportunizando escolhas e reduzindo as discriminações no mercado de trabalho. Entre suas atividades de atuação, estão o ensino, a pesquisa e a extensão voltados à sociedade brasileira dentro de grandes cidades, como também, em localidades próximas às zonas rurais. Isso ocorre de acordo com a Lei nº. 11.892/2008, em seu artigo 6º, que trata das características e as finalidades dos IFs destacamos as seguintes:

- I - Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- IV - Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V - Constituir-se centro de excelência na oferta do ensino de ciências em geral e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

(ARTIGO 6º - LEI nº. 11.892/2008)

Segundo dados do Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, entre os 190.755.799 habitantes no Brasil, 97.348.809 são mulheres, representando estatisticamente 51,03% da população do país. O Censo de 2010 ainda aponta que ao longo dos anos o número de mulheres casadas que estão no mercado de trabalho e responsáveis direto por sustentar suas vem crescendo paulatinamente, representando 35% mulheres como chefes de família em 2010. Porém suas margens de ganhos financeiros foram de 73%, significando ganhos de salários inferiores aos seus cônjuges. (IBGE, 2010).

De acordo Abramo (2003, p. 2).

A taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho é um indicador importante para analisar a evolução dos níveis de desigualdade de gênero existentes em uma sociedade. A inserção no mercado de trabalho é um indicador relevante de avanço para as mulheres, já que constitui um fator cada vez mais importante para aumentar o seu grau de autonomia pessoal, assim como seus níveis de bem-estar (próprio e de suas famílias). (ABRAMO, 2003, p. 2).

Para Souza (2007) em relação da luta da mulher para atuar no mercado de trabalho a procura de emprego, o público feminino também está em desvantagem. Por não terem uma qualificação e experiência profissional a maioria das mulheres da população brasileira. No ano de 2007, dos mais de 9 milhões de mulheres trabalhadoras à procura de emprego, apenas 1,6 milhão possuíam experiência e qualificação (SOUZA, 2007)

O Projeto Mulheres Mil faz parte do Programa Brasil sem Miséria que é um dos Programas atuais do Governo Federal. Já realizou capacitação em torno de 27 unidades da Federação, tendo como agentes de capacitação os IFs através de seus campi desde 2008, atendendo em torno de 10 mil mulheres em 112 campi. Projeto vem sendo executado principalmente nas Regiões Norte e Nordeste, como é o caso do Amazonas, Bahia, Ceará, Paraíba e Piauí. Pretende até 2014 atingir a meta de 100 mil mulheres a serem, atendidas. (MEC, 2013)

Ao projetarmos o Mulheres Mil em um cenário internacional em relação ao enfrentamento da pobreza, discriminação e violência, esse programa social brasileiro corrobora para o alcance das Metas do Milênio promulgadas pela ONU em 2000 e aprovada por 191 países. O documento Metas do Milênio tem como metas definidas a erradicação da pobreza extrema e da fome, promoção da igualdade entre os gêneros, autonomia das mulheres e garantia da sustentabilidade ambiental.

Os IFs, em relação aos seus campi, têm autonomia na oferta e identificação de capacitação e ações acordadas entre as comunidades as quais pretende ter como público alvo. Entre cursos já ofertados temos como exemplo, voltados à hotelaria, produção de alimentos, manejo artesanal de mariscos, confecção de roupas e a reciclagem de materiais. Essa autonomia de escolha dos cursos por parte dos IFs está fundamentada na identificação das especificidades de vocação de negócios e empregabilidade de cada região/localidade, como também, levantando e compreendendo as necessidades das mulheres da comunidade, não somente na inclusão no mercado de trabalho, na geração de emprego e renda e melhoria da escolaridade, mas também, na melhoria de sua autoestima e consciência em poder se perceber como ser social.

Furtado *et al* (2012), em estudos feitos sobre o bem-estar subjetivo em participantes do Programa Mulheres Mil, na cidade de Barbacena – MG, definem que

A participação no Programa poderá constituir-se em fator de mudança na vida dessas mulheres por favorecer a inclusão social, por meio da oferta de formação focada na autonomia e na criação de alternativas para a inserção no mundo do trabalho. Dessa maneira, poderá influenciar na satisfação com a vida, felicidade, afeto positivo e negativo...”. (FURTADO *ET AL*,2012,p.180).

Em artigo apresentado pelo IFPB² sobre as marisqueiras de Bayeux, referente às mulheres das comunidades de Casa Branca e São Lourenço, no Município de Bayeux, de uma região metropolitana próxima a João Pessoa – PB, onde uma das suas grandes fontes de renda é a coleta e a venda de moluscos e crustáceos, de acordo com Oliveira e Furtado (2011, p.34), com referencia a depoimentos feitos sobre a importância do projeto, uma das participantes em suas experiências relata que

“O projeto Mulheres Mil, mil fez encher a vida de outra maneira, e acreditar nos meus sonhos. /.../ Mas também prá nos chegar até aqui enfrentamos muitas deficiência, não sou casada, mas tenho filhos, mas tenho muito obstaculo porque tenho que ajuda a minha família colher os produto da maré porque e de lá que eu e minha família vivemos. (Janete Soares dos Santos, marisqueira).” (OLIVEIRA E FURTADO.2011,p.34,grifo dos autores)

Entre os objetivos do Programa Mulheres Mil, está à realização e consolidação da inclusão social por meio da estruturação em três eixos de sustentabilidade: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável que, inseridos nas políticas públicas sociais feitas pelo Governo Federal, possam promover a equidade, igualdade entre homens e mulheres, combate à violência contra mulher e acesso à educação gratuita profissional.

De acordo com Furtado at al (2012,p.179):

Os critérios utilizados para a escolha dos municípios foram: regiões de baixo índice de desenvolvimento humano (IDH), com semelhantes características econômicas e culturais e disponibilidade para instalação do escritório de acesso, onde as beneficiárias poderiam ser assistidas. A prioridade deveriam ser mulheres em situação de vulnerabilidade social.

O Programa além de contar com os IFs tem como parceiros outras organizações de apoio como centros comunitários, prefeituras, ONGs. Nas suas origens, o Governo Brasileiro teve como um dos principais parceiros a entidade de origem Canadense conhecida como Sistema de Faculdades e Institutos Canadenses (ACCC), no Canadá, que desenvolveu, em conjunto com a Secretária de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, projeto piloto de aplicação do programa entre 2007 a 2010 em alguns IFs, como foi o caso do IFCE no Campus de Fortaleza em 2009, no qual durante uma disciplina conhecida por Projeto Social ofertada aos alunos e alunas do eixo hospitalidade e lazer. Esse grupo teve oportunidades de serem monitores em uma comunidade de Fortaleza – CE, conhecida por Pirambu. Em capacitações ofertadas pelo IFCE sobre a coordenação do IFCE e de professores da disciplina, conforme Araújo e Ribeiro (2009), os resultados apresentados foram

considerados satisfatórios, principalmente ao ser percebido o envolvimento das alunas com aprendizagem das mulheres da Comunidade do Pirambu. A troca de conhecimentos que ocorreu entre alunas monitoras e mulheres da comunidade em capacitação e ao mesmo tempo ver que as alunas faziam uma reflexão da importância da proposta de capacitação, no que diz respeito à importância da inclusão social das mulheres como sujeito social no mercado de trabalho voltado ao seu bem-estar.

Para Araújo e Ribeiro (2009, p.27 apud Nogueira e Sousa, 2009, p 15 - 16), referindo-se a um relatório da disciplina Projeto social, as alunas fazem a seguinte reflexão:

Não adianta pensar em ganhar dinheiro através da conclusão de um curso superior, se não há crescimento como indivíduo, ou seja, uma mudança na percepção da sociedade, refletindo sobre você como cidadão participativo que se comove com uma injustiça e ver nos menos favorecidos indivíduos capazes de conquistar o que você conquistou. O projeto social é uma oportunidade de tornar cada indivíduo responsável socialmente. [...]

Para Araújo e Ribeiro (2009, p.27 grifo das autoras), referente a outros resultados no projeto, na época que foi pioneiro para IFCE, cita que "Outro detalhe importante é que algumas dessas mulheres conseguiram ingressar como alunas regulares no IFCE". Demonstrando assim que algumas mulheres assistidas pelo Programa Mulheres Mil puderam ousar e conquistar melhorias na sua vida profissional e individual.

De acordo com André Monteiro, do Programa Mulheres Mil do IFCE da Pró-reitora de Extensão, até o ano de 2013 foram realizados diversos cursos em alguns dos campi do IFCE procurando atender as vocações econômicas de cada comunidade/região, visando a contribuir para a inserção no mercado de trabalho ou melhorar o nível de conhecimento daquelas que já estão no mercado, mas que desenvolvem suas atividades de forma muito primária. Entre as capacitações ofertadas estão: curso de costureira; qualificação profissional em salgadeira; culinária básica e inclusão digital. Em geral já foram atendidas 1124 mulheres de baixo poder aquisitivo nos campi de Canindé, Crateús, Fortaleza, Iguatu, Limoeiro do Norte, Quixadá, Jaguaribe e Morada Nova. As capacitações têm duração de um semestre, com carga horária variando de 360 horas/aula até 420 horas/aula, sendo uma atividade de Formação Inicial Continuada – FIC.

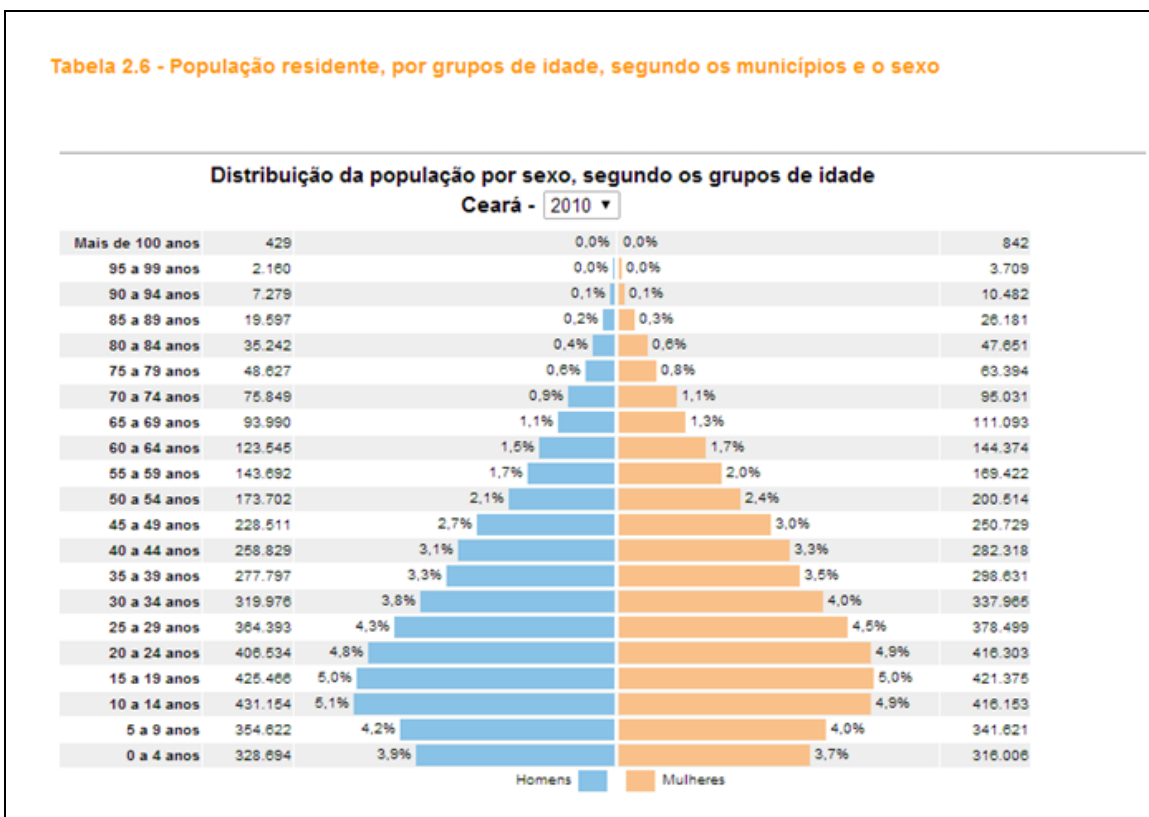
Conforme o site do IFCE (2013), as participantes são selecionadas por meio de inscrição seguida de avaliação da situação de vulnerabilidade social, avaliada por meio de visitas às comunidades em que residem, realização de entrevistas sociais e análise de documentação.

Segundo André Monteiro, o Projeto Mulheres Mil, a partir de 2014, passará a fazer parte do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego – PRONATEC, tendo como objetivos a oferta de aproximadamente 1000 vagas com cursos nas seguintes áreas: turismo, hospitalidade e lazer, informação e comunicação, infraestrutura, produção industrial, ambiente e saúde, desenvolvimento educacional e social e gestão de negócios.

Tendo entre os cursos a serem ofertados: cursos de auxiliar de cozinha, atendente de nutrição, recepcionista, camareira em meio de hospedagem, entre outros.

Em geral as capacitações ofertadas no projeto, entre os seus desafios, visam a mudar de alguma forma o cotidiano das mulheres que participam na busca de profissionalizar, promover a inclusão social, incentivar a autonomia econômica e contribuir com a qualidade de vida. Sabemos que os enfrentamentos e as lutas contra as desigualdades, discriminações e violências que as mulheres passam no país, principalmente as de baixa renda para garantir e assegurar seus direitos não são fáceis.

No Ceará, segundo dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, entre os 8.448.055 habitantes, 4.329.989 são mulheres, representando estatisticamente 51,25% da população do Estado, com concentração nas faixas etárias de grupo que vai de 10 a 29 anos (19,3%) conforme figura 1. Em relação à educação, as taxas de analfabetismo da população de 15 anos ou mais vem se reduzindo de 2000 a 2010. Em 2000 o valor era de 26,5%, passando em 2010 para 18,8%. De acordo com os dados do censo de 2010, as faixas de analfabetismo por grupo de idade estão assim distribuídas: em maior concentração nas faixa de 15 a 24anos (4,4%); faixa de 25 a 59 anos (18,6%); e faixa de 60 anos ou mais (45,9%).



Fonte IBGE (2010)

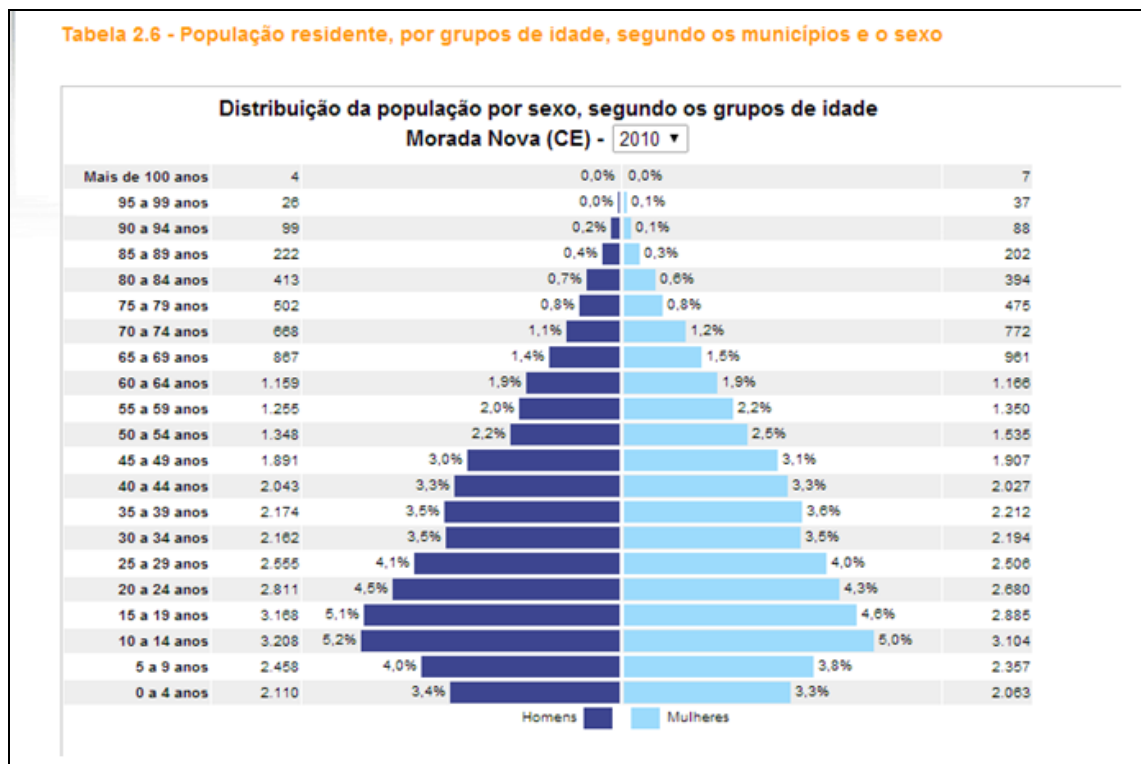
Figura 1 – Distribuição da população por sexo e grupo de idade no Ceará.

Experiência do Campus de Morada Nova no Projeto Mulheres Mil no IFCE

Para uma melhor compreensão da atuação do campus de Morada Nova – IFCE consideramos necessário fazer alguns comentários sobre ele para melhor conhecê-lo:

O Município de Morada Nova faz parte dos 184 municípios do Estado do Ceará, localizado na zona Centro - Leste (Região do Jaguaribe) do Estado, distante 152 km da capital Fortaleza. Tem como limites geográficos ao norte – Russas, Beberibe, Cascavel e Ocara; ao sul - Jaguaretama, Jaguaribara, Alto Santo, São João do Jaguaribe; ao leste - São João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte, Limoeiro do Norte, Russas; e ao oeste - Ocara, Ibaretama, Quixadá, Ibicuitinga, Banabuiú. O acesso ao Município em geral se dá pela BR-116 e CE-042. O Município detém uma área de 2.779,23 km² (1,8%) em relação a todo o Estado do Ceará. Está dividido político-administrativamente em 8 distritos: Morada Nova (sede), Aruaru, Boa Água, Juazeiro de Baixo, Lagoa Grande, Pedras, Roldão e Uiraponga (IPECE, 2010).

De acordo com censo demográfico do IBGE (2010), o Município de Morada Nova, em termos demográficos, tem uma população girando em torno de 62.086 habitantes, sua população feminina gira em torno de 30.939 (49,83%). Predominantemente em relação às mulheres a maior concentração das faixas etárias no município está entre 10 anos a 29 anos (figura 2).



Fonte IBGE (2010)

Figura 2 – Distribuição da população por sexo e grupo de idade em Morada Nova.

Segundo o IPECE (2011) sua densidade demográfica é de 23,13 (hab/km²), o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH do Município é 0,670 e, em relação ao Estado do Ceará, ocupou a 26^a posição em 2000 e tendo 23,63% de sua população tendo rendimento domiciliar *per capita* mensal de R\$ 70,00, sendo considerada extremamente pobre (figura 3).

População Extremamente Pobre: (Com rendimento domiciliar <i>per capita</i> mensal de até R\$ 70,00) - 2010				
Discriminação	População Extremamente Pobre			
	Município	%	Estado	%
Total	14.673	23,64	1.502.924	17,78
Urbana	6.164	17,41	726.270	11,44
Rural	8.509	31,91	776.654	36,88

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Demográfico 2010.

Fonte: IPECE (2010)

Figura 3 – Divisão da População Extremamente Pobre em urbana e rural de Morada Nova.

O Município se destaca comercialmente por atividades produtivas ligadas à Extrativa Mineral, Indústria de Transformação, Serviços Industriais de Utilidade Pública entre outros que geram emprego e renda tanto para homens como para as mulheres (figura 4) da ordem de 320.942 (R\$ mil) representando 0,53 do PIB do Estado, que foi na época 60.098.877 (R\$ mil) (IPECE 2011.p.xx).

2.6 – EMPREGO E RENDA
Número de Empregos Formais - 2010

Discriminação	Número de Empregos Formais					
	Município			Estado		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
Total das Atividades	5.094	2.348	2.746	1.325.792	738.298	587.494
Extrativa Mineral	-	-	-	2.654	2.415	239
Indústria de Transformação	537	458	79	251.357	153.163	98.194
Serviços Industriais de Utilidade Pública	-	-	-	7.187	6.144	1.043
Construção Civil	297	283	14	75.973	71.815	4.158
Comércio	528	267	261	209.548	127.328	82.220
Serviços	343	181	162	369.096	212.027	157.069
Administração Pública	3.351	1.126	2.225	387.697	145.563	242.134
Agropecuária	38	33	5	22.280	19.843	2.437

Fonte: RAIS/2010 – MTE.

Fonte: IPECE (2010)

Figura 4 – Número de empregos formais para homens e mulheres em Morada Nova.

Em geral os ganhos salariais dos trabalhadores nos setores primários, secundários e terciários da economia local estão concentrados nas faixas de até $\frac{1}{4}$ até $\frac{1}{2}$ de ganhos tendo como base o salário mínimo (figura 5), representam 59,25%, isto é, ao somarmos com percentual apontado na figura 3 que é 23,63%, teremos 82,88% de trabalhadores ganhando menos que um salário mínimo.

Renda Domiciliar *per capita* (Salário mínimo R\$ 510,00) - 2010

Discriminação	Município		Estado		Município/Estado (%)
	Nº	%	Nº	%	
Total	18.225	100,00	2.365.276	100,00	0,77
Até 1/4	5.588	30,66	515.628	21,80	1,08
Mais de 1/4 a 1/2	5.210	28,59	648.315	27,41	0,01
Mais de 1/2 a 1	4.944	27,13	659.736	27,89	0,75
Mais de 1 a 2	1.339	7,35	253.603	10,72	0,53
Mais de 2 a 3	246	1,35	69.758	2,95	0,35
Mais de 3	246	1,35	112.321	4,75	0,22
Sem rendimento	651	3,57	105.371	4,45	0,62

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Demográfico 2010.

Fonte: IPECE (2010)

Figura 5 – Faixas de renda domiciliar per capita com base no Salário mínimo em Morada Nova.

Em relação à Educação, a concentração da escolarização líquida¹ no Ensino Fundamental em 2010 teve um bom índice no município chegando próximo aos 100%. O mesmo não ocorreu no Ensino Médio que ficou abaixo de 50% (figura7)

Indicadores Educacionais no Ensino Fundamental e Médio – 2010				
Discriminação	Indicadores Educacionais			
	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	Município	Estado	Município	Estado
Taxas (%)				
Escolarização líquida	94,7	91,4	39,2	47,8
Aprovação	79,8	88,4	75,8	82,2
Reprovação	16,8	8,7	9,2	7,2
Abandono	3,4	2,9	15,0	10,6
Alunos por sala de aula	34,2	28,2	42,2	34,1

Fonte: Secretaria da Educação Básica (SEDUC).

Fonte: IPECE (2010)

Figura 7 – Indicadores Educacionais no Ensino Fundamental e Médio em Morada Nova.

A taxa de analfabetismo diminuiu entre os anos de 2000 a 2010 passando de 35,09% para 28,23% no município (figura8).

Taxa de Analfabetismo Funcional para Pessoas com 15 anos ou mais – 2000/2010				
Discriminação	Município		Estado	
	2000	2010	2000	2010
População residente 15 anos ou mais	42.947	46.765	4.938.392	6.264.131
População alfabetizada 15 anos ou mais	27.878	33.564	3.627.614	5.087.493
Taxa de analfabetismo funcional (15 anos ou mais)	35,09	28,23	26,54	18,78

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censos Demográficos 2000/2010.

Fonte: IPECE (2010)

Figura 8 – Analfabetismo Funcional para Pessoas com 15 anos ou mais em Morada Nova.

O campus de Morada Nova – IFCE iniciou suas atividades no ano 2011, com um Curso de Extensão, de 160h/a, oferecendo conceitos básicos das disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Física. Em 2012, iniciaram-se as atividades dos cursos técnicos em Aquicultura e Edificações. O campus de Morada Nova do IFCE conta hoje com aproximadamente 210 alunos, tanto da zona urbana como da zona rural, bem como de cidades vizinhas, distribuídos nos cursos de Aquicultura e Edificações. O campus conta ainda com uma turma concludente do curso técnico em Edificações pelo PRONATEC.

O Projeto Mulheres Mil foi implementado, no campus de Morada Nova, a partir de setembro de 2013, oferecendo um curso de Salgadeira a 100 (cem) mulheres, distribuídas em quatro turmas. As aulas eram ministradas no período vespertino. A Carga horária de 160 h/a. A escolha da oferta do curso citado se deu pela vocação comercial do município, principalmente no que diz respeito à gastronomia. As alunas no curso ofertado receberam aulas de disciplinas básicas e as específicas na área de gastronomia. As disciplinas foram Português, Matemática, Informática, Boas práticas de fabricação, Conservação de alimentos, Qualidade do produto, Saúde e segurança do trabalho, Direitos sociais, Relação interpessoais,

Saúde da Mulher, Empreendedorismo e Prática em salgados. As aulas práticas foram ministradas no Centro de Referência e Assistência Social (CRAS). O campus de Morada Nova do IFCE fez parcerias com Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, Secretaria de Saúde do município e Secretaria do Trabalho e Assistência Social do Município, visando a divulgar e a atrair o público alvo para participar do curso, como também viabilizar junto aos parceiros a geração de empregos para as discentes. .

De acordo com a direção do IFCE campus de Morada Nova, o índice de desistência foi de 5% (cinco por cento). Entre os motivos de desistência, estão principalmente a incompatibilidade de horários de estudo e trabalho, aqui entendido como subemprego, e as responsabilidades domésticas. No início do ano de 2014, 95 mulheres receberam o certificado do Curso de Salgadeira.

Coleta e análise de dados

No período de 24 de outubro a 20 de novembro de 2013, foi realizado, durante as aulas da disciplina de Língua Portuguesa do Curso de Salgadeira do Projeto Mulheres Mil, um exercício de redação em sala de aula de produção literária, intitulado de autorretrato, tendo como exemplo o poema “**AUTO-RETRATO AOS 56 ANOS**”, do escritor alagoano Graciliano Ramos . Este exercício teve como proposta de redação para as alunas a coleta de informações variadas a respeito de suas vidas como dados pessoais; características físicas; atividades profissionais; leituras preferidas; antipatias; preferencias; além de visão política, religiosa e ideológica. As alunas tinham liberdade de escrever, isto é, poderiam excluir informações que não se sentiam à vontade de dizer ou expressar sua opinião.

Ao total o número de alunas que fizeram esse exercício em sala de aula foi de 81, ou seja, 81% (oitenta e um por cento) das alunas, as quais se encontravam divididas em 04 (quatro) turmas dentro do curso. As 14 (catorze) alunas das 95 (noventa e cinco) que receberam a certificação não compareceram à aula por diversos motivos, tais qual compromisso com a família, responsabilidades com atividades de trabalho e do lar entre outros.

Entre as informações solicitadas no exercício de redação, escolhemos para análise os seguintes dados: pessoais e atividades profissionais, pois estão presentes em 99% (noventa e nove por cento) das redações para termos um perfil das mulheres que participaram do projeto. Para análise dos dados, em relação aos cálculos amostrais, foi determinado o tamanho da amostra n calculado com base na amostra aleatória simples baseada em Bolfarine e Bussab (2005) definida por:

$$n = \frac{z^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e(N-1) + z^2 \cdot p \cdot q}$$

Onde:

n = tamanho da amostra;

z = Valor de referência na Tabela da Normal - usa-se o z igual a 1,96 para casos de 95% de confiança = 1,68

p = proporção de ocorrência da variável em estudo = 0,5

$q = 1 - p =$ proporção de não – ocorrência da variável em estudo = 0,5
 $N =$ tamanho da população = 100
 $e =$ erro permitido 0,5%.

Para comprovar cientificamente a representatividade da amostra, aplica-se a fórmula e se obtém $n = 81$ com um nível de confiança de 95%. Sendo assim, amostra definida a ser pesquisada foi de 81 mulheres correspondendo, assim, a 81% do universo pesquisado.

Conforme tabela 1 as faixas etárias de mulheres que participaram do curso têm predominância entre as faixas que vão de 30 anos até 39 anos corresponde a 32%. Mulheres que não citaram suas idades no exercício de redação foi de 9%.

Tabela 1 por grupos de idade de mulheres que participam do projeto mulheres mil em morada nova

Faixa etária	Quantidade	Percentual (%)
15 a 19	5	5
20 a 24	11	11
25 a 29	9	9
30 a 34	18	18
35 a 39	14	14
40 a 44	7	7
45 a 49	3	3
50 a 54	4	4
55 a 59	1	1

De acordo com tabela 2 o Estado Civil de mulheres solteiras é de 49%. Entretanto no tratamento de dados do exercício realizado é que 58% das discentes que responderam ao exercício que tem filhos, 28% delas são mães solteiras e criam seus filhos com ajuda dos pais e moram nas casas dos mesmos.

Tabela 2 – Estado Civil das discentes do Curso de Salgadeira

Estado Civil	Quantidade	Percentual (%)
Casada	29	29
Solteira	49	49
Separada	2	2
Viúva	1	1

Na tabela 3 foi considerado o item dona de casa no sentido de não exercer nenhuma atividade remunerada no mercado que representou 48,2% das mulheres. Contudo no tratamento de dados do exercício realizado das 27 (vinte e sete) mulheres que trabalham 19 % são agricultoras e o restante 8% trabalham no comércio local de Morada Nova. Entre as mulheres que trabalham 16% delas são casadas trabalhando como agricultoras. Não foi citado por nenhuma das 27(vinte e sete) mulheres que trabalham o valor da remuneração recebida. Dos 75% mulheres que responderam o exercício, conforme tratamento de dados mostrou que ao fazer o curso elas buscam como desafios, melhorar suas condições de vida em relação às condições econômicas, empregabilidade e terem seu próprio negócio. Para aquelas que têm

filhos (58%) o Curso de Salgadeira do Projeto Mulheres Mil, também é visto, como uma forma de trazer benefícios e bem-estar para si e para os filhos. Visto que elas consideram ter já passado ou estar passando por grandes dificuldades financeiras onde vivem.

Tabela 3 – Ocupação na semana das discentes do Curso de Salgadeira

Ocupação na semana	Quantidade	Percentual(%)
Dona de casa	39	39
Trabalham no mercado	27	27
Não Responderam	15	15

Considerações finais

O objetivo desse trabalho era apresentar a experiência do projeto Mulheres Mil no Campus de Morada Nova - IFCE referente ao perfil das mulheres que participaram e seus desafios em busca de dias melhores, tendo, pela aprendizagem recebida no Curso de Salgadeira, uma maneira de poder entrar no mercado de trabalho, ter uma profissão, melhorar ou obter ganhos financeiros, melhorar a autoestima, poder ajudar a família.

Referencias

ABRAMO, L. **Desigualdades e discriminação de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro**. Brasília, DF: OIT, 2003.

ARAÚJO, M.L.S., RIBEIRO, S.V. C. **Vivencia solidária entre dois grupos de aprendizes no IFCE**. Brasília: MEC, 2011 (Artigo Completo no Livro Artigos & Relatos).

BRABO, T. S.A.M. Políticas de formação de educadoras e educadores: direitos humanos e gênero. IN BRABO, T.S.A.M., CORDEIRO, A.P., MILANEZ, S.G.C. Formação da Pedagogia e do Pedagogo: pressupostos e perspectivas. 1 ed. Marília: Cultura Acadêmica, 2012, p.221 a 237.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: < http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html >>. Acesso em: janeiro de 2014.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística-IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**: Tabelas 1.11 e 2.6, População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação. In _____, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse.pdf>>. Acesso em: dezembro de 2013.

_____. Instituto Federal de Educação do Ceará. Disponível em: <<http://www.cefetce.br/extensao/mulheres-mil.html>>. Acesso em: outubro de 2013.

_____. Ministério da Educação. **Mulheres Mil Artigos e Relatos**. Disponível em: <<http://mulheresmil.mec.gov.br/>>. Acesso em: outubro de 2013.

_____. Superior Tribunal Federal. **As conquistas das mulheres há 80 anos**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/noticias-tse/2013/Marco/ha-80-anos-mulheres-conquistaram-o-direito-de-votar-e-ser-votadas>>. Acesso em dezembro de 2013.

BOLFARINE, H.; BUSSAB, W.O. **Elementos de Amostragem**. São Paulo: Edgard Blucher, 2005.

CARVALHO, M. E. P. de; RABAY, G.; BRABO, T. S. A. M. Direitos humanos das mulheres e das pessoas GLBT: inclusão da perspectiva da diversidade sexual e de gênero na formação docente. In: FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; DIAS, Adelaide Alves. (Org.). **Direitos humanos na Educação Superior: subsídios para a educação em Direitos Humanos na Pedagogia**. João Pessoa-PB: Editora Universitária da UFPB, 2010, v. 01, p. 231-276.

CEARÁ. Instituto De Pesquisa e Estratégia Econômica Do Ceará – IPECE. **Anuário Estatístico do Ceará, 2008**. Disponível em: <<http://www.ipece.ce.gov.br>>. Acesso em: dezembro de 2013.

FREIRE, PAULO. **Pedagogia do oprimido**, 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FURTADO, F. J. F., ANTUNES, L. M. M., SANTOS, L. A OLIVEIRA, R. S., ALVES F. B.M. M. **Bem- estar Subjetivo em participantes do Programa Mulheres Mil, na Cidade De Barbacena – MG. Revista Holos . Rio Grande do Norte**, ano 28, v. 4, p.178 -187.

GOUVÊA, L A.V.N., NOMA, A K. **Políticas para a educação de mulheres e meninas: a perspectiva da UNESCO** IN AZEVEDO, M.L.N. Políticas Públicas e educação: debates contemporâneos. 1 ed. Maringá: Eduem, 2008. p.221 a 237.

OLIVEIRA, M.M.M. FURTADO, R. N. O. . **Marisqueiras de Bayeux: duas vidas em cada mulher**. Brasília: MEC, 2011 (Artigo Completo no Livro Artigos & Relatos).

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em:< <http://www.onu.org.br/documentos/carta-da-onu/> >. Acesso em: dezembro de 2013.

_____. **Metas do Milênio.** Disponível em:< <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-as-mulheres/> em: dezembro de 2013.>. Acesso em: dezembro de 2013.

PARO, V. H. Educação como exercício de poder: crítica ao senso comum em educação.1 ed. São Paulo: Cortez,2008.

SOUZA, M.A. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: participação e possibilidades no contexto das práticas democráticas. In. CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8.,2004.Coimbra.A questão social no novo milênio.Coimbra:Ces.uc,2004,p.1-16.Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/MariaAntoniaSouza.pdf>>. Acesso em: novembro. 2013.

YOUSAFSAIM. Eu sou Malala : a história da garota que defendeu o direito à educação e foi baleada pelo Taliba.1 ed ,São Paulo: Companhia das Letras,2013.